



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL

---

**LEI MUNICIPAL Nº 5335/2016**

**INSTITUI O PROGRAMA DE  
RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE  
SÃO VICENTE DO SUL – REFIS.**

**FERNANDO DA ROSA PAHIM**, Prefeito Municipal de São Vicente do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu, em cumprimento ao que dispõe a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica criado pela presente Lei, o **Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Vicente do Sul - REFIS**, com o objetivo de facilitar ao contribuinte o pagamento de dívidas inscritas em dívida ativa referente a Fatos Geradores até **31 de Dezembro de 2015**, ajuizadas ou não.

**Art. 2º** - No momento da adesão do contribuinte ao **REFIS** deverá ser observado o seguinte:

I. No caso de créditos em cobrança judicial, deverá o contribuinte quitar todas as dívidas constantes de um mesmo processo judicial, sendo admitido apenas o pagamento em quota única e a vista.

II. No caso de créditos não ajuizados relativos ao **IPTU**, será admitida a quitação por cadastro e por exercício, podendo o pagamento ser realizado a vista ou parcelado.

III. No caso de créditos não ajuizados relativos ao **ISS**, será admitida a quitação por exercício, podendo o pagamento ser realizado a vista ou parcelado.

IV. No caso de créditos não ajuizados relativos a autuações fiscais, será admitida a quitação por autuação, podendo o pagamento ser realizado a vista ou parcelado.

V. Nos casos de créditos não ajuizados relativos a dívidas de alvará, taxa de vistoria, contribuição de melhoria e demais dívidas não tributárias, será admitida a quitação por exercício, podendo o pagamento ser realizado a vista ou parcelado.

**Art. 3º** - O contribuinte que requerer sua inclusão no **REFIS** terá os seguintes benefícios:

I. Para os pagamentos que forem realizados à vista:

a. Desconto de 100% da Multa de Mora;





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**

---

- b. Desconto de 100% dos Juros a contar do vencimento.
- II. Para os pagamentos parcelados em até 3 (Três) parcelas:
  - a. Desconto de 75% da Multa de Mora;
  - b. Desconto de 75% dos Juros a contar do vencimento.
- III. Para os pagamentos parcelados em até 6 (Seis) parcelas:
  - a. Desconto de 50% da Multa de Mora;
  - b. Desconto de 50% dos Juros a contar do vencimento.

**Art. 4º** - No caso do contribuinte fazer a opção ao **REFIS** de forma parcelada deverá ser observado as seguintes condições:

- I. O vencimento da última parcela não poderá ultrapassar o dia **16 de dezembro de 2016**.
- II. A primeira parcela deverá ser paga no ato da adesão ao **REFIS**.
- III. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (Cinqüenta Reais).
- IV. A não quitação de qualquer parcela referente ao **REFIS**, até o dia **16 de dezembro de 2016**, implicará no cancelamento do parcelamento e dos respectivos benefícios previstos no artigo 3º.

**Art. 5º** - Poderão enquadrar-se no **REFIS**, inclusive, os contribuintes que estiverem com parcelamento em andamento, desde que o saldo do parcelamento seja quitado à vista.

**Parágrafo Único** - Neste caso, os descontos previstos no **Art. 3º, I**, incidirão apenas sobre as parcelas pendentes de pagamento, sendo vedada qualquer revisão às parcelas já quitadas.

**Art. 6º** - No caso de créditos, tributários ou não tributários, que estejam, sob qualquer forma, em discussão judicial proposta pelo devedor, seja mediante embargos ou outra ação, deve o mesmo, para ser incluído no **REFIS**, concomitante com o pagamento da dívida ou parcelamento, desistir da ação/embargos.

**Art. 7º** - A adesão ao **REFIS** nos termos dos artigos anteriores importará em renúncia a qualquer discussão judicial do débito pago.

**Art. 8º** - Na quitação dos créditos ajuizados, ficará o contribuinte dispensado do pagamento de honorários em favor do Município, respondendo apenas, como condição



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL**

---

para sua inclusão no **REFIS**, o prévio pagamento das custas do processo devidas ao Estado, caso não seja beneficiário da gratuidade judiciária.

**Art. 9º** - Os benefícios da presente Lei vigorarão a partir de sua entrada em vigor até o dia **16 de Dezembro de 2016**.

**Art. 10** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, EM 15 DE MARÇO DE 2016.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE  
EM DATA SUPRA.

FERNANDO DA ROSA PAHIM  
PREFEITO MUNICIPAL

VAGNER TADIELO FEKSA  
SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO  
Certifico que a presente lei foi afixada no quadro de avisos e publicações em 15/03/2016.livro 37.